

# EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO TERRA É VIDA

Diego Oliveira da Paz<sup>1</sup>  
Gabriela dos Santos Souza<sup>2</sup>  
Antonio Lázaro Sant'Ana<sup>3</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Agricultura Familiar e Luta pela Terra

No bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira, entre as diversas demandas populares, a luta pelo acesso à terra é a que mais se destacou. No entanto, o grande desafio das famílias, após a conquista da terra é a permanência na mesma. Os primeiros obstáculos, que os assentados enfrentam, são a produção e, especialmente, a comercialização.

Neves (2008) comenta que a inserção no programa de assentamento pressupõe certo grau de conhecimento sobre agricultura, porém aceita o desconhecimento sobre comercialização, domínio de regras e de socialização. Aliado com a falta de recursos materiais e financeiros recorrentes em processos de assentamentos o risco da inviabilidade é concreto.

As unidades de produção familiar são distintas da empresa capitalista típica, pois buscam se reproduzir social e economicamente, de forma que organizam e realizam sua produção por meio da força de trabalho familiar (MEDEIROS, 2000). Quando iniciam suas atividades os assentados se deparam com um mercado altamente competitivo. A pequena produção proporcionada pelo lote, muitas vezes não atende a demanda desejada pelos receptores da produção. Os custos dos insumos para produção estão além da condição econômica dos ocupantes do lote e os produtores, na maioria dos casos, não conhecem e não são estimulados a usar os recursos endógenos do lote. Logo a realidade dentro dos lotes é de uma produção que não oferece recursos suficientes para investimentos na produção e, em alguns casos, nem chega a custear todas as despesas dentro da propriedade, trazendo problemas de insegurança alimentar.

Este fato se confirma na análise de Hoffman (2008), em que utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Quando observada a proporção de

---

<sup>1</sup> Mestrando em Agronomia, UNESP-Ilha Solteira, diegooliveiradapaz@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Agronomia, UNESP-Ilha Solteira, gaby\_souza1@hotmail.com

<sup>3</sup> Docente no curso de Agronomia, UNESP-Ilha Solteira, lazaro@agr.feis.unesp.br

domicílios que apresentava insegurança alimentar, os domicílios rurais são os mais acometidos de insegurança alimentar e este fato se deve a menor renda *per capita* no meio rural.

A falta de perspectiva dos produtores diante dessa situação pode levar até mesmo à venda ou abandono do lote. Como tentativa de sanar os problemas financeiros, os assentados adotam a pluriatividade: alguns integrantes da família vão para cidade trabalhar ou realizam atividades não agrícolas dentro do lote a fim de complementar a renda.

Henri Mendras (1969), baseado em suas pesquisas afirmou a presença de uma tendência em que o campo e a cidade caíam em um arcabouço de indistinção, pois existe um trânsito de habitantes entre os meios rural e urbano. A pluriatividade passa a ser algo mais evidente, pois o homem continua a residir no campo, porém sua fonte de renda não está apenas atrelada à atividade agrícola.

Outra alternativa para a viabilidade econômica dos assentamentos, preconizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terras), é a organização e cooperação. O trabalho conjunto nos assentamentos traz vantagens econômicas, sociais e políticas, pois permitem que os poucos recursos produtivos, inclusive a quantidade e qualidade da terra sejam utilizados de forma mais adequada por todos, além de reforçar sua capacidade de reivindicação para resolver problemas sociais e econômicos. Mutirão, associação e cooperativismo estão entre práticas sociais que frequentemente contribuí para o melhor desempenho dos assentamentos (BERGAMASCO e NODER, 1996).

Assim a partir da década de oitenta ocorreu uma rápida ascensão dessa forma de organização, tanto os assentados como os demais produtores familiares adotaram a associação como personalidade jurídica para atender suas demandas. Esta organização também proliferou devido ao fato de que a presença da associação era imposta como condição de diálogo e negociação dos produtores agrícolas com os representantes órgãos do Estado, especialmente aqueles encarregados de colocação em prática de políticas de governo e programas públicos. (NEVES, 2008, p. 180). Na década de 90, outras políticas públicas também exigiam a formação de associações, para que as famílias tivessem acesso a recursos públicos, alguns a fundo perdidos (Pronaf infra-estrutura; programa de microbacias da Coordenadoria de Assistência técnica Integral (CATI) /Banco Mundial) e até mesmos agroindústrias, como foi caso da criação de associações/cooperativas de produtores para gerir tanques comunitários de resfriamento do leite a granel.

## 1.2 Conceituação de Associação:

Antes de abordar o papel do associativismo no trabalho e na vida dos produtores é necessário fazer uma reflexão sobre o significado do termo “associação”. Para isto será utilizado o conceito elaborado por Max Weber e o que a legislação brasileira diz sobre o assunto, com objetivo de se entender o objeto de estudo.

Weber (1987) define “associação” como a uma relação social<sup>4</sup> que é fechada para estranhos ou restringe sua admissão por regulamentos, e cuja autoridade é imposta pelas ações de indivíduos especificamente encarregados desta função, como por exemplo, um dirigente ou chefe, geralmente incluindo um quadro administrativo. Estes funcionários normalmente também exercem poderes plenos. A incumbência de uma posição executiva ou a participação nas funções do quadro administrativo constituirá a “autoridade governante” e poderão ser apropriados ou delegados de acordo com as regras obrigatórias da associação, estabelecidas em critérios ou procedimentos específicos. Tal delegação pode ser permanente ou válida por uns tempos, ou para lidar com uma situação de emergência. A ação da associação consiste na conduta do quadro administrativo, que em virtude da sua autoridade governante, e na ação dos membros da associação, dirigida pelo quadro administrativo.

O mesmo autor classifica as associações como autônoma ou heterônoma, e autocéfala ou heterocéfala. A autonomia significa que a autoridade governante do grupo foi estabelecida pelos seus próprios membros, através de seus próprios esforços, opondo-se a heteronomia, ou imposição de um agente externo. Autocefalia significa que o dirigente e seu quadro administrativo agem pela autoridade de uma ordem autônoma da associação e não como na heterocefalia, onde estariam sujeitos a fontes de autoridade externas (WEBER, 1964).

No que se refere a participação dos associados, temos que as associações podem ser de caráter voluntário (união) que é uma associação baseada em acordo voluntário, cujos estatutos são validos apenas para membros que se associarem por livre decisão pessoal. Ou serem uma associação compulsória (instituição) que é uma associação cujos estatutos podem sem impostos com sucesso, dentro de uma dada jurisdição específica sobre toda a ação individual que se conforma a critérios distintos. .(WEBER, 1964)

---

<sup>4</sup> Relação social: entende-se por conduta reciprocamente orientada, previsível e esperada. Pode ser do tipo aberta ou fechada. O que difere estes os tipos são que a primeira não restringe a ação social a nenhum indivíduo, enquanto na segunda a participação das pessoas é limitada (WEBER, 1987).

A Constituição da República Federativa do Brasil, que foi promulgada em 05/10/1988, no seu artigo 5º, nos incisos XVII e XIII diz que é plena a liberdade de associação para fins lícitos e a criação de associações e cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (BRASIL,1988).

O Código civil brasileiro define associações como pessoas jurídicas organizadas com vistas a um objetivo comum, sem finalidades lucrativas. Forma-se a partir de contratos particulares registrados no Cartório de Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas, pois elas não praticam atos de comércio, e dissolve-se pelo distrato. Da mesma forma que algumas sociedades civis, organizam-se internamente através de um Estatuto, que obrigatoriamente conterá: denominação, sede, finalidades, modo de administração, de representação e de reforma do estatuto, dispositivo sobre a responsabilidade de seus membros, o modo de dissolução ou extinção da associação e o destino de seu patrimônio. É o estatuto social que delimita a finalidade e a atividade da associação, devendo atentar para a inclusão de cláusula que explicita a finalidade sem fins lucrativos ou a própria utilidade pública. Em verdade só adquirem personalidade jurídica quando inscrevem ou registram seus Estatutos no cartório de registro de pessoas jurídicas. (JOB; HERNÁNDEZ, 2000)

Apesar de não poderem praticar atos de comércio isso não impede que ela organize e oriente a comercialização da produção.

A maioria dos camponeses atua individualmente, e aqueles organizados para a produção e comercialização, só recorrem a duas figuras jurídicas formais: associações e cooperativas. No setor dos assentamentos de reforma agrária a produção coletiva representa só 5,38%, sendo mais freqüente a organização mista, com 8,03%. Dentre os assentados 7,66% pertencem às cooperativas e os 52,85% às associações. (JOB e HERNÁNDEZ, 2000)

Mas, mesmo quando os produtores estão organizados em grupos, a viabilidade econômica da produção não está garantida. São numerosos os casos de cooperativas e associações, dentro de assentamentos, que tiveram seu fim pelos mais diversos motivos. Porém, as diversas formas de associativismo dentro dos assentamentos rurais têm se mostrado como a melhor arma para os produtores diante do mercado que estão inseridos.

Leite et al (2004) ao analisar os dados numéricos sobre associações e cooperativas conclui que estes pouco esclarecem sobre a densidade organizativa dos assentamentos. A partir de entrevistas e relatos de campo, observa-se que enquanto algumas associações têm uma função meramente formal, outras se envolvem nos aspectos mais diversos da vida do assentamento, seja na interlocução “para fora”, com diferentes agentes e instâncias governamentais seja para “dentro”. Já as cooperativas apesar de em termos numéricos

estarem menos presentes nos assentamentos, de forma geral, quando estão possuem peso diferenciado, em função do seu significado na comercialização da produção dos assentados.

Zimmermann (1994) ao estudar a dinâmica interna no processo de organização social e produtiva de um assentamento de reforma agrária do Rio Grande do Sul, observou que ocorreram diferentes tentativas de organização grupal para a produção, seguindo as formas modelares do MST (Coletivo, Semicoletivo e Associação de Máquinas), incentivadas pelo então Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) e também pela Emater –RS. Em sua análise a autora observou que um aspecto de harmonização essencial a todos os grupos foi a equivalência da força de trabalho para atividade voltada para o mercado, já que remuneração teria que se dar, não pelo total de pessoas envolvidas, e sim pelo número famílias envolvidas nos grupos conforme a orientação do MST. O não atendimento a esse fator foi principal motivo dos rearranjos grupais. Também foi notado que no processo de formação dos grupos associados, o fator étnico foi de grande importância, pois muitos desentendimentos dentro dos grupos partiram das diferenças étnicas, fazendo com que famílias saíssem dos grupos a qual pertenciam.

De acordo com Decca (1996), ao entrarmos na era da modernidade ocorreu a introdução de um relógio moral dentro do coração das pessoas. Este relógio moral está presente nos coração dos homens desde o século XVIII, e foi colocado com o nascimento do sistema de fábrica para organizar o trabalho.

SIMONETTI (2009), em pesquisa realizada junto às famílias do Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão, no oeste do Estado de São Paulo, traz em depoimentos colhidos o sentido do trabalho para as famílias dos assentados rurais. Na pesquisa junto a essas famílias, quando indagados sobre o que os motivou a entrar na luta pela terra, se referem à rejeição às condições de trabalho vivenciadas na cidade ou em suas trajetórias no campo. Em seus depoimentos salientam que o que o motivo principal da luta pela terra foi ver viabilizado o controle, a organização e os resultados da produção, bem como a possibilidade de trabalhar para si e sua família, com liberdade e autonomia.

Partindo da observação de Decca e Simonetti, observa-se que outro aspecto importante que concerne aos problemas das associações e cooperativas, é que no momento em que seus participantes aderem à luta pela terra também estão lutando contra um fator básico da modernidade que é o relógio moral incutido nos corações deles, ou simplesmente as condições que o trabalho assalariado impõem a eles. Quando eles vão prestar serviços as associações e cooperativas e se vêem em situação análoga isso, cria-se um descontentamento, desestimulando a participar das formas de trabalho coletivo.

### **1.3 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):**

Em publicação recente da Companhia Nacional de Abastecimento, Tortelli (2008) apresentou dados sobre os estabelecimentos rurais, definidos como familiares. Segundo o autor estes estabelecimentos representam 85% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, o que dá 4,1 milhões de estabelecimentos<sup>5</sup>. A atividade familiar representa 78% das pessoas que trabalham no meio rural, 10% do PIB do Brasil é produzido pelo trabalho da agricultura familiar, 70% dos alimentos chegam à mesa dos brasileiros é resultando do trabalho familiar, 2/3 da produção dos 150 produtos medidos pelo índice de preços do consumidor vêm da agricultura familiar, que é responsável pela produção de 49% do milho, 56% do leite, 70% do feijão, 70% da carne frango, 75% da cebola produzida no país e 89% da mandioca, sem contar os produtos de origem regional (TORTELLI, 2008).

Em resposta a grande importância do seguimento da agricultura familiar na produção de alimentos o Estado se fez presente na comercialização com a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este foi instituído pela Lei 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº 4.772 (VIEIRA, 2009).

Atualmente nos deparamos com uma situação em que a tecnologia moderna, ao mesmo tempo em que representa um caminho para sobrevivência do pequeno produtor, via aumento da produtividade, impõe regras que acabam engessando-os ou até mesmo levando-os muitas vezes a falência, devido aos altos custos envolvidos. Por isso, essa categoria de produtores precisa ser protegida contra malefícios dos mercados oligopolizados, visando defender sua renda e garantir sua própria sobrevivência. Devidamente apoiados, eles poderão ter sua cidadania garantida, com moradia decente, educação para os filhos, transporte fácil, saúde e comida na mesa (GRAZIANO, 1996). O Programa de Aquisição de Alimentos contribui com essa necessidade de proteção do pequeno agricultor, o que é evidenciado pelas atividades que ele se propõe a realizar.

Dentre das atividades do programa tem a compra de alimento produzido na roça do agricultor familiar e a entrega aos programas sociais do governo, às prefeituras, instituições de assistência social e populações em situação de insegurança alimentar, como quilombolas,

---

<sup>5</sup> Embora este seja o dado detalhado mais recente disponível já está superado porque o último levantamento do Censo Agropecuário de 2006 aponta um aumento desse número próximo a 4,5 milhões de estabelecimentos e famílias.

assentados, indígenas e ribeirinhos. Além da modalidade de compra com doação simultânea, o PAA adquire ainda produtos da agricultura familiar para constituir estoques públicos.

O PAA também tem por objetivo livrar o agricultor da ação especulativa do mercado, de forma que gradativamente encontrará condições para não depender do PAA e do governo. O Programa apresenta várias modalidades que serão descritas no próximo item.

### **1.3.1. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos**

De acordo com informações presentes no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o PAA pode ser diferenciado nas seguintes modalidades:

#### **Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)**

Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações), inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB.

#### **Compra Para Doação Simultânea**

Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos governos Estaduais, Municipais e pela CONAB.

#### **Formação de Estoque Pela agricultura Familiar (CPR – Estoque)**

Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.

### **Incentivo a Produção e Consumo de Leite (IPCL)**

Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

### **Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar**

Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar.

#### **1.3.2. Classificação dos produtores rurais ao Pronaf participantes do PAA**

Para participar do Programa de Aquisição de Alimentos, o produtor deve ser identificado como Agricultor Familiar ou acampado. Essa qualificação é comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos – DAPAA.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar enquadra os produtores rurais nos grupos a seguir especificados, comprovados mediante declaração de aptidão do PRONAF (DAP).

Podem participar do PAA agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); agricultores familiares em geral, conforme definido no Pronaf, inclusive os reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água em projetos de reassentamento; pescadores artesanais; extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; pequenos aquícultores, maricultores e piscicultores; comunidades quilombolas e povos indígenas (BRASIL, 2009).

### **1.3.3. Resultados do PAA**

Alguns resultados do PAA foram evidenciados em pesquisas realizadas recentemente. Nelas podemos constatar que o programa apresentou tanto resultados positivos como negativos, tendo resultados diferenciados em função de cada localidade.

Hespanhol (2009), ao realizar uma pesquisa nos municípios de Dracena, Tupi Paulista e Junqueirópolis, localizados na Região de Dracena (SP). Constatou-se que o preço pago aos agricultores pelo PAA é superior à média regional e que em virtude desse fato os participantes têm interesse em ampliar a área cultivada e/ou diversificar os cultivos realizados, além de se sentirem valorizados na escala local. Todavia, dois problemas foram detectados, o número reduzido de produtores beneficiados; e o favorecimento de parentes dos produtores já cadastrados, os quais se valem de certos mecanismos para ampliar a cota de produtos e o valor a ser recebido.

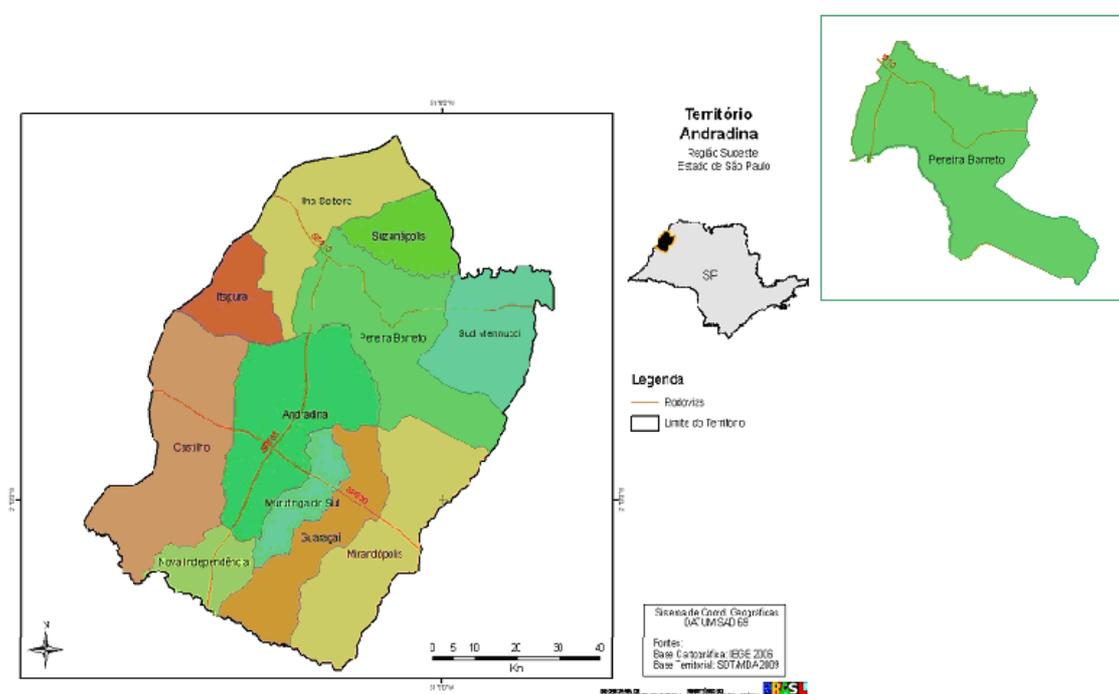
Veira e Grossim (2009), ao analisarem a influência do PAA no município de Paracatu (MG), observaram que a não influência do Programa em relação ao aumento da escala e ao planejamento da produção, para se obter uma oferta regular. Os autores apontaram como fonte do problema a falta de exigência do cumprimento de um cronograma de entrega, a ausência de participação das entidades consumidoras nas decisões sobre a quantidade e regularidade, e a demora no pagamento.

Rossi (2008), presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), considera que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ainda não é uma política estruturante, mas pode vir a ser na articulação das várias modalidades. Declarou que quase R\$ 2 milhões que são colocados pelo governo federal para as prefeituras, para os municípios e para os Estados. Entende-se que o estabelecimento do Programa tem que estar numa linha de revisão para fortalecer a estrutura familiar, com mais perspectiva de segurança alimentar, garantindo uma renda para os agricultores. Além de resolver os problemas da falta de crédito e conhecimento de mercado.

## **1.4 Caracterização do Município de Pereira Barreto**

O município de Pereira Barreto conta com uma área de 979,96 km<sup>2</sup>, e uma população de 24.615 habitantes. Dos vínculos empregatícios no município 9,21% são oriundos das atividades agropecuárias desenvolvidas no município e estas atividades são responsáveis por 4,32% da renda gerada pelo município no ano de 2006, sendo que o produto interno bruto (PIB) foi de R\$ 311,3 milhões. (SÃO PAULO, 2009)

Pereira Barreto está situada na região noroeste do estado de São Paulo, mais precisamente nas coordenadas 20°38'18" sul e 51°06'33" oeste, estando a uma altitude de 347 metros e faz parte do território Andradina (Figura O1)



e: MDA/ STI, 2009.

Font

**Figura 01-** Território de Andradina, destaque município de Pereira Barreto.

O município de Pereira Barreto é possui um número considerável de assentamentos dentro da sua área, sendo que parte desses assentamentos não é oriunda apenas dos programas de reforma agrária, pois o município teve parte de suas terras inundadas em decorrência do enchimento do lago da represa de Três Irmãos, e nesse processo os moradores da zona rural que tiveram suas propriedades atingidas foram reassentados pela Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP).

A estrutura fundiária do município pode ser observada na Tabela 01. Pode se observar através dos dados da tabela a predominância de propriedade em torno de 5,1 à 50 hectares, o que confere um grande número de pequena e médias propriedades.

**Tabela 01-** Estrutura fundiária do município de Pereira Barreto - SP

Área:	Número de UPAs	% de UPAs
Até 5 ha	70	11
De 5,1 à 20 ha.	185	29
De 20,1 à 50 ha.	185	29
De 50,1 à 100 ha	61	9,5
De 100,1 à 500 ha	104	16
maior do que 500 ha	31	5

Fonte: CATI – LUPA, 2007/08

Quando verificamos os dados que tratam sobre a participação das unidades de produção em formas de associativismo, observou-se que em 177 UPAs (30,8%) o produtor faz parte de alguma cooperativa de produtores, em 127 UPAs (22,1%) o produtor integra alguma associação de produtores e 115 das UPAs (20% ) o produtor é filiado a um sindicato de produtor rural (SÃO PAULO, 2008).

Já quando observamos os dados sobre assistência técnica, notamos que 394 UPAs (68,5%) não utilizam assistência técnica, 73 UPAs (12,7%) utilizam assistência técnica governamental, 82 UPAs (14,3%) utilizam privada e 26 UPAs (4,5%) utilizam assistência técnica tanto governamental como particular (SÃO PAULO, 2008).

A Tabela 2 mostra a distribuição das culturas, presentes no município estudado.

**Tabela 02 –** Culturas presentes no município de Pereira Barreto – SP

Cultura	Número de UPA	Área (ha)
Braquiária	457	34.015,8
Cana-de-açúcar	249	26.018,1
Colonião	75	3.467,4
Milho	52	2.444,8
Feijão	9	702,9
Outras Culturas	212	2721,7

Fonte: CATI – LUPA, 2007/08

Os dados mostram que a maior parte das áreas cultivadas é pasto. Este fato confirma o histórico de ocupação da região que se deu através da pecuária extensiva. Mas também merece destaque a cultura da cana-de-açúcar, que nos últimos anos teve uma grande expansão

na região do noroeste paulista. Outras culturas que devem ser citadas são o milho e feijão que apesar de ocuparem menor área do que as duas primeiras culturas citadas ainda ocupam uma área significativa dentro do município. (SÃO PAULO, 2008).

Em relação as atividades não agropecuárias desempenhadas nas UPAs, há duas propriedades com fins destinados ao lazer, cinco propriedade declaram ser utilizadas como hotel, pousada ou SPA, uma propriedade utilizada de restaurante ou lanchonete, e uma propriedade com fins para turismo rural e ecoturismo. (SÃO PAULO, 2008)

## **2. OBJETIVOS**

O presente trabalho teve por objetivo:

- Estudar a Associação de Produtores Rurais do assentamento Terra é Vida presente no município de Pereira Barreto - SP, observando papel desta como instrumento de viabilização econômica e social dos assentados, caracterizando-a e buscando observar o impacto dessas formas de organização na produção e na vida dentro do assentamento;
- Analisar o papel que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem desempenhado junto o produtor da associação.

## **3. METODOLOGIA**

Para realização da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos sobre temas como as associações e cooperativas, com o intuito de mostrar os efeitos delas na organização da produção e comercialização dos seus associados, e assim permitir comparar com os dados encontrados em campo.

Foi estudada a Associação de Produtores do Assentamento Terra e Vida. O critério de escolha para a associação partiu do interesse de estudar o comportamento da associação perante o PAA e também por sugestão do técnico da CATI, que atua no município de Pereira Barreto.

Junto com a CATI foram levantadas as informações básicas das associações. Dentre as informações que se deseja levantar, temos:

- Identificação da associação
- Qual assentamento ou localização dentro do município.
- Razão social da associação.
- Como se deu o processo de fundação.

- Data de fundação.
- Número atual de associados.
- Existência de pagamento de taxas de contribuição para associação.
- Patrimônio.
- Serviços oferecidos
- Outras atividades ou ações desempenhadas.
- Forma como são tomadas as decisões referentes à Associação
- Como os associados realizam a comercialização nos mercados local e regional.
- Se a associação tiver contrato com o PAA verificar: quais são os impactos na produção e comercialização; se há orientação para produção e comercialização e qual a avaliação que faz do PAA (se está cumprindo os seus objetivos junto aos produtores participantes do programa).

Junto ao presidente da associação, foi realizada uma investigação sobre os aspectos inerentes a sua participação dentro das associações, com objetivo de se traçar um perfil do associado e o grau da influência da associação dentro da produção do lote, na comercialização e em outros aspectos individuais a cada associado. De forma preliminar também foi aferido o impacto do PAA na produção individual de cada associado; se realmente existe uma orientação do que produzir e quanto produzir; e quais estão sendo os efeitos desta política pública na vida dos produtores. O método para se obter as informações desejadas foi a entrevista com o presidente da associação, colhendo o depoimento a partir de um roteiro semi-estruturado (questões abertas). Posteriormente, o plano de pesquisa prevê a tomada de depoimentos de uma amostra dos associados.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados apresentados são parciais, pois a pesquisa está em curso. Até momento foram levantados os dados preliminares junto a Casa da Agricultura do município de Pereira Barreto – SP e realizada entrevista com atual presidente da associação que serão descritos a seguir.

#### **4.1 Dados sobre a Associação de Produtores Rurais do assentamento Terra é Vida**

Em entrevista realizada com Engenheiro Agrônomo Arnaldo Coelho, técnico responsável da Casa de Agricultura de Pereira Barreto e que presta assistência técnica aos assentamentos do município, este forneceu um breve relato sobre a fundação e organização da Associação estudada.

A Associação de Produtores Rurais do Assentamento Terra é Vida teve sua fundação no ano de 2006 e possuía 17 associados. Atualmente é composta por 35 sócios com a presença de integrantes das famílias contando como sócios com direito a voto.

No início, o desconhecimento em relação ao associativismo, além de outros motivos como a divisão de dois grupos vindos de regiões distintas, levou à baixa participação na Associação de integrantes do Assentamento. Posteriormente com a aquisição de um trator vindo através de uma emenda parlamentar Federal e o trabalho desenvolvido pelo grupo houve interesse de outros membros que passaram a participar ativamente dos trabalhos.

Em 2007 iniciou-se o trabalho do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB, sendo que atualmente todos os assentados produzem hortaliças e muitos têm esta atividade como a principal de seus lotes, com propostas diferentes já em andamento como a venda no comércio local, venda para merenda escolar, feira livre, dentre outros interessados em nível Regional.

Outro destaque é a garantia de comercialização do leite realizado com a COAPAR de Andradina que através de um trabalho Regional propicia vantagens aos cooperados e adquirindo o leite com vantagem financeira aos seus membros. No caso do Assentamento Terra é Vida foi decisiva para seus membros, o trabalho da Cooperativa, pois garantiu desde o início do mesmo uma renda importante aos produtores.

#### **4.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).**

Em entrevista realizada, no dia 26 de abril de 2010, com o atual presidente da Associação dos Produtores do Assentamento Terra é Vida, o Sr. Luiz Ramos, foi obtida a descrição de como o PAA tem atuado na produção dos associados, que será apresentada a seguir.

Atualmente a Associação participa do programa na modalidade Doação Simultânea (Conab). A Tabela 3 aponta os produtos e as quantidades que são entregues para o Programa.

Observa-se que há uma grande diversidade de produtos comercializados, sendo que os principais em termos de participação dos produtores são a mandioca, a abóbora e os citros.

**Tabela 05** - Principais produtos entregues ao PAA, pelos produtores rurais do Assentamento Terra é Vida.

Produto	Número de produtores	Quantidade vendida (por semana)
Mandioca	15	2-3 TON
Coco verde	5	500 peças
Abóbora	10	500 Kg
Citros em geral (Laranja)	12	20 a 25 cx.
Batata doce	3	200 kg
Berinjela	2	12 cx.
Milho verde	1	1000 kg
Tomate	2	8 a 10 cx.
Jiló	4	15 cx.
Cenoura	1	6 cx.
Beterraba	1	2 cx.
Folhas e cheiro verde	2	200 a 250 maços

Fonte: Dados básicos da pesquisa

Durante a entrevista foi relatado que após a adesão ao PAA ocorreram grandes mudanças em relação à produção de alimentos dos associados quanto à diversidade, quantidade e o retorno financeiro. Em vista dessas mudanças as perspectivas da associação em relação ao PAA são de que o programa proporcione o aumento da produção. Este aumento vem de encontro com objetivo de ampliação da renda, que na opinião do entrevistado é o fator fundamental para permanência no campo e garantia da segurança alimentar dos assentados.

Em relação às vantagens que os associados sentiram após adesão ao Programa, destacam-se a garantia de preço e de comercialização. É notado por parte dos produtores que houve uma ampliação no leque de opções em relação ao que produzir, embora alguns produtores tenham apresentado tendência a se especializar em culturas específicas. De forma geral o ânimo para permanecer no campo aumentou, dentre os envolvidos com o Programa.

Quanto questionado sobre as dificuldades que os produtores enfrentaram com o Programa o Presidente afirmou que foi no período das férias escolares, em que ocorre uma redução drástica da demanda dos produtos oferecidos pelos produtores, uma vez que esses têm destino principal a merenda escolar.

Outro problema apontado é a questão da sazonalidade da produção agrícola que os agricultores familiares enfrentam. O fato de a produção agrícola concentrar-se em determinada época do ano, faz com que exista um excesso de oferta em determinadas épocas do ano e escassez em outros períodos. Este fato aliado à necessidade de cumprir os contratos, em algumas situações se configurou como um problema, pois, no caso de não se alcançar a produção necessária para honrar o contrato é necessário obter de terceiros para completar a oferta prevista no contrato, o que pode gerar despesas adicionais.

Tendo em vista que os preços dos produtos agrícolas são altamente elásticos, respondem quase que instantaneamente as pressões do mercado, e que os valores dos contratos dos produtores com o programa são fixos, o produtor se depara com uma situação que embora algumas vezes seja protegido dos baixos preços e da especulação do mercado, evitando risco de prejuízo econômico; em outras quando os preços estão acima do valor estipulado em contrato este deixará de receber essa diferença positiva, resultante da diferenças entre oferta e demanda na entressafra dos produtos agrícolas.

Foram abordados também os planos futuros da Associação, que, segundo o Presidente, seria começar a organizar os plantios e buscar a melhoria da estrutura produtiva dentro dos lotes como a introdução de irrigação, estufas nas unidades produtivas e a contratação de mão de obra qualificada (Eng. Agrônomo), com objetivo de auxiliar nas atividades em geral e na correção dos problemas nutricionais do solo. E por fim foram apontadas problemas que Associação vem enfrentando, como dificuldades no preparo do solo e a baixa adoção da organização do trabalho na forma coletiva dentre os associados, o que se constitui em um gargalo, na visão do presidente da Associação dos Produtores do Assentamento Terra é Vida.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Até momento podemos verificar, por meio dos dados e relatos obtidos nas entrevistas realizadas, que o Programa de Aquisição de Alimentos vem cumprindo com sua proposta de livrar, em parte, o agricultor da ação especulativa do mercado. O aumento da produção em função da entrega dos produtos ao Programa, se transformou em importante fonte de renda para as famílias e também gerou maior produção e diversidade de produtos destinados ao autoconsumo familiar. Observa-se também um processo incipiente de independência em relação ao PAA para comercialização. Ainda serão abordados os possíveis efeitos do Programa na vida dos participantes, o que será objeto de investigação na próxima fase da pesquisa.

## 6. REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M.; NODER, L. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Informações Territoriais: Território Andradina**. MDA/SIT, 2009. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/tr\\_012\\_andradina\\_sp\\_abr\\_2009.jpg](http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/tr_012_andradina_sp_abr_2009.jpg)>. Acesso em: 30 set. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Modalidades do programa de aquisição de alimentos**. MDS, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 19 out. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Classificação dos produtores rurais ao PRONAF participantes do PAA**. MDS, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/classificacao-dos-produtores-rurais-do-pronaf-participacao-do-paa>>. Acesso em: 19 out. 2009.

DECCA, E. S. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HESPANHOL, R. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena - SP In: In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

HOFFMAN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados do PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.15, n.1, p.49-61, 2008.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

GRAZIANO, F. **Qual reforma agrária?: terra, pobreza e cidadania**. São Paulo: Geração Editora, 1996.

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J.; RUAS, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2000. p. 169-178.

MENDRAS, H. et al. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

JOB, L.C.; HERNÁNDEZ, R. **Organizações produtivas camponesas**: alternativas de formalização jurídica. Brasília: NEAD, 1998.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2004.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniará, 2008. p. 172-219.

PROPOSITURAS apresentadas pelo vereador Jorge Kondo. Disponível em: <[http://www.camarapereirabarreto.sp.gov.br/sino/proposituras\\_detalhes.php?vereador=JORGE%20KONDO](http://www.camarapereirabarreto.sp.gov.br/sino/proposituras_detalhes.php?vereador=JORGE%20KONDO)>. Acesso em: 30 out. 2009.

ROSSI, W. Agricultura familiar e agronegócio: conflito ou complementaridade? In: ROSSI, W. (Org.). **Abastecimento e segurança alimentar**: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil. Brasília: Conab, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Sistema de Análise de Dados. **Perfil municipal**: perfil municipal de Pereira Barreto. São Paulo: SEP/SEADE, 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 04 ago. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 04 ago. 2009.

SIMONETTI, M. C. L. Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos Rurais. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de vida. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 48-61.

TORTELLI, A. A. A representação da agricultura familiar no ambiente de desenvolvimento da produção agrícola. In: ROSSI, W. (Org.). **Abastecimento e segurança alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil**. Brasília: Conab, 2008.

VIERA, D. F. A; DEL GROSSI, M. E. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos em três características da comercialização dos produtos da Agricultura Familiar: o caso do município de Paracatu-MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.

ZIMMERMANN, N. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 205-224.